

A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NA PRESERVAÇÃO DOS CEMITÉRIOS ENQUANTO PATRIMÔNIOS¹

THE IMPORTANCE OF CULTURAL POLICIES FOR THE PRESERVATION OF CEMETERIES AS HERITAGE

Isaac Roberto Ferreira²
Maria de Lourdes Lima³

Resumo: Os cemitérios seculares são muitas vezes considerados museus a céu aberto, seja pela quantidade de obras de arte presentes em sua estrutura e nos túmulos, seja por serem as últimas moradas de pessoas célebres e conhecidas para a história geral ou daquela localidade. Para que tais lugares sejam reconhecidos como importantes para a memória e identidade das localidades onde estão inseridos, são necessárias as políticas públicas culturais voltadas à preservação desse patrimônio cultural na manutenção dos artefatos info memoriais presentes em tais locais. Neste artigo, foi utilizado o método análise de conteúdo em sites oficiais de governo e sites particulares em busca de algumas políticas aplicadas a cemitérios no mundo e no Brasil. Também foram extraídas informações por pesquisa em material bibliográfico e em seguida descrevemos as ações de políticas culturais feitas para cada cemitério, além de discutirmos a ausência do tombamento junto a essas instituições. No caso brasileiro, muitas delas, apesar de atração turística, ainda não possuem a proteção desse instrumento oficial de gestão pública.

Palavras-Chave: Políticas; cultura; necrópoles; patrimônio; memória.

Abstract: *Secular cemeteries are often considered open-air museums, either because of the amount of works of art present in their structure and in the tombs, or because they are the last resting places of famous people known for general history or that locality. In order for such places to be recognized as important for the memory and identity of the places where they are inserted, public cultural policies aimed at preserving this cultural heritage are necessary in the maintenance of memorial artifacts present in such places. In this article, the content analysis method was used on official government websites and private websites in search of some policies applied to cemeteries in the world and in Brazil. Information was also extracted through research in bibliographic material and then we described the cultural policy actions taken for each cemetery, in addition to discussing the*

¹ Este trabalho é oriundo de artigo submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no GT 9 - Museu, Patrimônio e Informação do XXII ENANCIB.

² Mestre em Ciência da Informação (UFAL) e Doutorando em Ciência da Informação (UFPE). Assessor de Comunicação do Instituto de Informática e Informação do Estado de Alagoas (ITEC/AL). E-mail: isaacmoraes09@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-4160-7241>.

³ Doutora em Ciência da Informação (UNESP/Marília). Docente da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail: loulima09@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1400-6246>.

absence of tipping with these institutions. In the Brazilian case, many of them, despite being a tourist attraction, still do not have the protection of this official instrument of public management.

Keywords: Policies; culture; necropolis; heritage; memory.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas culturais são a força motriz que movimenta a manutenção da existência do patrimônio cultural e em consequência toda a representatividade que este possui sobre a sociedade na qual está inserido. É a partir delas e de suas ações de valorização e divulgação que as memórias contidas nesses bens culturais são preservadas junto à sociedade, tais bens são conservados e principalmente, as informações que esses bens culturais contêm são disseminadas.

As políticas públicas culturais nem sempre receberam a atenção devida no Brasil. Basta retornarmos alguns anos na história e percebermos como são recentes as políticas voltadas especificamente para a cultura. Como nos lembra Corá (2014), o Ministério da Cultura (MinC) foi criado apenas em 1985, reforçando que a atenção tanto da agenda política como da academia para esta área tão importante nem sempre foi prioritária, apesar de ações vitais, como a criação em 1934 da Inspetoria de Monumentos Nacionais, ligada ao Museu Histórico Nacional (MHN), seguida da criação do Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), que mais tarde se tornou Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e depois desdobrou-se em duas instituições, Sphan e Fundação Pró-Memória, agora voltou a ser Iphan.

Com a promulgação da Constituição de 1988 (Brasil, 1988), as sementes plantadas por Mário de Andrade quando da formação do Sphan na década de 1930 sobre um conceito mais amplo de patrimônio conseguiram finalmente germinar no solo fértil da abertura política e democrática. Passou-se a considerar patrimônio também todo saber fazer, cada pensamento e manifestação imaterial presente nos

recantos do país. Por outro lado, ao entrar um governo retrógrado, essas políticas sofrem significativas sanções, recentemente representada na redução do MinC a uma Secretaria Especial de Cultura.

No Brasil, o ato que determina o momento em que um bem cultural se torna um patrimônio cultural é o tombamento, que pode tanto ocorrer na esfera federal, via Iphan, ou nas esferas municipal e estadual, com leis específicas de cada um desses poderes. Trata-se de um ato administrativo, no qual o poder público concede valor a determinado bem material ou imaterial, que pode ser provisória ou definitiva no que tange à estabilidade.

No caso dos cemitérios seculares, ou seja, apartados da Igreja Católica, onde eram realizados os sepultamentos de parcela abastada da sociedade até a segunda metade do século XIX e que representam o nosso objeto de pesquisa, o instrumento legal do tombamento envolveria desde a instituição (governo ou empresa particular) que tem a salvaguarda da necrópole até aos cidadãos que possuem jazigos considerados bens culturais. Campos (2007) nos dá uma definição precisa do que seria um “cemitério”.

A palavra cemitério, originária do grego *koumeterian* e do latim *coemeteriun*, significa dormitório, lugar onde se dorme, recinto onde se enterram ou se guardam os mortos e tem como sinônimos as palavras necrópole, carneiro, sepulcrário, campo-santo, cidade dos pés juntos e última moradia (Campos, 2007, p. 16).

Muitas necrópoles conhecidas, mesmo centenárias e com verdadeiras obras de arte perpetuadas na arquitetura tumular e em outros objetos funerários, nem sempre recebem a valorização e proteção do instrumento do tombamento. Cemitérios brasileiros como o da Consolação, em São Paulo, o São João Batista, no Rio de Janeiro e o cemitério Nossa Senhora da Piedade, em Maceió, são centenários, representam um período da história nacional significativo, o da medicina higienista no século XIX, mas não recebem esse valor de patrimônio oficialmente. Mesmo que em muitos deles

alguns túmulos sejam tombados em separado, os cemitérios em si não recebem essa valorização.

O principal questionamento dessa pesquisa é o seguinte: porque algumas necrópoles, muitas vezes consideradas pontos turísticos, não são tombadas como patrimônio cultural e reconhecidas como lugares de informação e memória? O presente trabalho teve como objetivo identificar as políticas públicas culturais existentes de valorização dos espaços cemiteriais. Para isso, foi realizada análise do conteúdo presente em sites governamentais e particulares no recorte de cinco cemitérios, três nacionais e dois internacionais, caso essas instituições os tenham, além de busca no site oficial do Iphan sobre cemitérios e elementos tombados ligados a esta temática. Verificamos se há ações voltadas para valorização desses lugares e descrevemos essas ações. A partir dessa descrição, gerar uma discussão sobre a importância destas iniciativas não apenas para o patrimônio em si, mas para a memória da sociedade. Para isso, primeiro será discutida a relação entre patrimônio e políticas culturais, em seguida uma apresentação de cada necrópole pesquisada e por último uma descrição dos resultados sobre quais são as políticas culturais realizadas na preservação desses cemitérios.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Definir políticas públicas é algo extenso, pois segundo Souza (2006) vários autores trabalham o conceito orientando-se por um contexto específico para elaborar suas definições. Em nosso trabalho, apresentamos duas definições com pontos convergentes. A autora, em questão, define políticas públicas como a área do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “[...] ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)” (Souza, 2006, p. 26). Enquanto

Secchi observa as políticas públicas como “[...] uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público” (Secchi, 2013, p. 2).

Souza (2006) ainda ressalta que as políticas públicas, apesar de serem materializadas pela esfera governamental, também envolve outros atores informais, como veremos mais adiante nas políticas culturais de divulgação dos cemitérios analisados em sites particulares e projetos de visitas às necrópoles, independente dos governos. Sundström (2019) reforça dizendo que:

Convém ponderar que as formulações de políticas públicas não são feitas apenas pelo Governo, bem como, a decisão final sobre o que deve ou não se tornar política pública, mas sim, envolve um conjunto de pessoas que abarcam diversos grupos de interesses (Sundström, 2019, p. 110).

A população pode e deve, a partir das políticas públicas, envolver-se em decisões de ordem pública cuja relevância é de abrangência social. “No caso, é no ambiente em que o cidadão exerce a sua cidadania e pode apontar para as falhas existentes no sistema” (Sundström, 2019, p. 112).

Para os autores citados as políticas públicas necessitam do envolvimento de vários outros atores e não necessariamente, apenas, o governo. Quando essas políticas públicas são no âmbito da cultura, esse ponto muitas vezes é facilmente visualizado devido a amplitude do conceito de “cultura”. De acordo com Almeida (2016), tal conceito mudou tanto ao longo da história quanto as transformações sociais. Para o autor, a cultura hoje está presente em todas as instituições sociais, interagindo inclusive com as dimensões políticas e econômicas, fazendo com que toda prática social possua condições culturais de existência, “[...] na medida em que possuem valores e significados para funcionar e produzir efeitos” (Almeida, 2016, p. 286). Diante da amplitude do conceito de cultura, ela passou a ser vista não apenas como mercadoria, mas também, como diz Yúdice (2006), um recurso. Administrar esse recurso visando atingir objetivos distintos passou a ser um desafio tanto para o

Estado como para empresas e movimentos sociais. Yúdice (2006) também enxerga a cultura como um potencial para estimular o crescimento econômico e melhorar as condições sociais de comunidades.

Esse tipo de pensamento, se por um lado vê a cultura como uma ferramenta de transformação social, também põe em seus ombros a responsabilidade de ocupar espaços não preenchidos pelo Estado, colocando para esta a obrigação de assistir socialmente à população para a sociedade civil. É a instrumentalização da cultura, utilizada como um terreno economicamente ativo. A questão, como coloca Almeida (2016), é que pensar a cultura apenas como campo de investimento possibilita que ela seja vista como qualquer outro recurso, sem a sensibilidade especial necessária para contemplar todas as nuances de cultura, sendo privilegiadas umas em detrimentos de outras, principalmente em países como o Brasil e outros da América Latina.

Almeida (2014) criou um quadro com quatro definições de cultura e suas características, que pudessem dar conta de indicar as iniciativas concretas de políticas públicas em contextos específicos.

Quadro 1: Sentidos do termo cultura e âmbitos das políticas culturais

Sentido	Âmbito de ação emancipatório	Âmbito de ação capitalista
Antropológico: modos e estilos de vida	“resgate” e/ou valorização das culturas tradicionais	“folclorização” das mercadorias, turismo étnico, etc.
Sociológico: comportamento declarativo/diferenciação social	políticas de acesso aos bens culturais	gerenciamento/planejamento da produção de mercadorias culturais
Patrimonial: corpus de obras reconhecidas e valorizadas	educação formal/informal, atividades de mediação cultural	Ações semelhantes, pensadas, porém, dentro da pura lógica de mercado (lucro)
Cultura como recurso socioeconômico	promoção da cidadania cultural, geração de renda, desenvolvimento social	legitimação de afirmações de grupos hegemônicos e seus interesses e lobbies.

Fonte: Almeida (2014).

No quadro, podemos destacar para o nosso trabalho o sentido patrimonial de cultura, que Almeida (2014) complementa como sendo corpus de obras reconhecidas

e valorizadas. O âmbito de ação emancipatória nessa cultura seria a educação formal/informal e atividades de mediação cultural. No âmbito de ação capitalista, seriam essas mesmas ações de educação e mediação, porém pensadas dentro da lógica do mercado (lucro). Por exemplo: seria a educação patrimonial, pedagógica e cultural, que tem como cerne o patrimônio cultural, uma educação voltada para geração de renda principalmente com o turismo em torno desse patrimônio, em detrimento muitas vezes de outros bens culturais com valores históricos, informacionais e memoriais tanto quanto os que se apresentam, aos olhos de quem baliza esses investimentos, mais possibilidades de retorno financeiro. Isso acontece com o patrimônio material, porém pode ser observado de maneira bastante evidente com o patrimônio imaterial.

2.1 Patrimônio e políticas culturais

Apesar de existir desde a década de 1930 com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais e depois do Sphan, somente há poucos anos as políticas culturais estão sendo mais exploradas no universo acadêmico. De acordo com Corá (2014), isso se deve em parte a pouca atenção dada à cultura nas agendas políticas no Brasil, sendo sintomático que o Ministério da Cultura só tenha sido criado em 1985, extinto 34 anos depois em 2019 e finalmente recriado em 2023, o que representa certa fragilidade na institucionalização dessa área nas políticas públicas implementadas pelo Estado.

O patrimônio cultural é imprescindível para o desenvolvimento da pesquisa, da educação e da preservação da memória da sociedade. A Constituição Federal do Brasil de 1988, em seu artigo 216, define o que pode ser considerado patrimônio cultural:

[...] todos os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Para Vianna (2006), foi inclusive por intermédio da Carta Magna de 1988 que houve uma aproximação entre cultura e patrimônio no sentido antropológico e político, quando esta extrapolou a visão de patrimônio apenas como material e agregou também o imaterial, a partir das memórias, visões de mundo, saberes, rituais e manifestações culturais, fortalecendo identidades sociais e culturais, interferindo nas políticas culturais que seriam criadas, desde então.

O bem cultural se torna oficialmente patrimônio com a aplicação de dois principais instrumentos de proteção existentes em nível federal – o tombamento (material) e o registro (imaterial). Segundo Telles (2010), essa atribuição de valor estatal “patrimônio cultural” também não diferencia do que é “bem material” de “bem imaterial”, não há essa dicotomia e ambos se tornam “patrimônio cultural brasileiro”, ficando a distinção apenas no campo da natureza do bem.

A abertura de pensamento com relação ao conceito de patrimônio cultural ressurgiu na redemocratização do país em 1985, contemplada na Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e, anos depois, fixada no Decreto-Lei 3551/2000 de preservação ao patrimônio cultural imaterial através de quatro livros específicos (Brasil, 2000), tirando do pedestal elitizado o patrimônio cultural idealizado por décadas como uma “sacralização da memória em pedra e cal” como diz Nogueira (1995) e atendendo manifestações culturais das mais diversas etnias, ou seja, as referenciadas nos artigos 215 e 216 da Constituição: a indígena, a afro-brasileira, a alemã, a italiana, a francesa, a japonesa, enfim, os mais diversos segmentos que constituem a população brasileira.

A partir dessa união dos conceitos de cultura e patrimônio é que as políticas culturais começaram a ser desenvolvidas numa perspectiva mais abrangente, levando

em consideração patrimônios culturais vários, reforçando a identidade nacional e principalmente preservando as memórias social e individual. Jacques Le Goff (1990) considerava a memória social aquela surgida juntamente com a escrita, o registro que possibilitou o conhecimento da história da humanidade, em oposição ao que ele chamava de memória coletiva, que seriam dos povos sem registros escritos, povos de cultura exclusivamente oral.

Para Gondar (2008), a escrita possibilitou que o mármore de templos, tumbas e monumentos comemorativos funcionassem como um suporte de inscrições que seriam uma sobrecarga de memórias. “A ostentação dos monumentos soma-se à publicidade das inscrições, apostando-se num poder maior de perpetuação da lembrança” (Gondar, 2008, p. 2). Além dos monumentos, a escrita em ossos, peles, folhas de palmeira, papiro, pergaminho e papel, segundo Le Goff (1990), fez com que a memória coletiva se tornasse a memória social.

A preservação do patrimônio cultural está diretamente associada às memórias social e individual, pois é uma necessidade crescente nossa de preservar e registrar. Para isso, são instituídas as políticas culturais, institucionalizando e dando aporte a esses bens culturais, para que a memória da nossa sociedade permaneça presente, nos auxiliando a entender o presente e a nos prepararmos para uma melhor perspectiva de futuro.

De acordo com Nogueira (2013), identidade e memória são dois conceitos utilizados em conjunto com a questão patrimonial e nós vamos utilizá-los em nossa discussão sobre cemitérios enquanto patrimônios e da importância das políticas públicas voltadas a estes. Para Halbwachs (1990), a memória coletiva remete sempre a um grupo social e é aí que se constroem as lembranças. Já a memória individual, se realiza na composição de diferentes memórias dos grupos com os quais nos relacionamos, por isso essa memória parece nos pertencer, mas na verdade ela é

composta das diversas memórias que nos rodeiam. Halbwachs ainda caracteriza as memórias coletivas como fenômeno social, proporcionadas por grupos e instituições.

Nora (1993) chama de “aceleração da história” o fenômeno da obsessão da sociedade pela guarda da memória, ao qual ele atribui às intensas mudanças do mundo atual. A consequência disto seria a criação dos lugares de memória, da memória que o autor chama de contemporânea, diferente da memória espontânea, que se dá no dia a dia das sociedades. Esta, segundo Nora (1993), necessita da construção de lugares de memória para não serem esquecidas. Nos cemitérios existem inúmeras memórias coletivas, que ao serem eternizadas em monumentos/documentos, como diz Le Goff (1990), continuam vinculadas aos grupos que lhes produziram nem perdem sua especificidade.

Uma proposta de patrimonialização desses espaços não tradicionais são os cemitérios, isso pode soar estranho em razão do senso comum em nossa cultura de que patrimônio está presente somente em grandes monumentos e cidades históricas. Políticas públicas culturais voltadas para essas necrópoles e seus elementos constitutivos como túmulos e estátuas contribuiriam para a preservação dessas memórias coletivas e também da identidade de uma dada sociedade, visto que esses patrimônios constituem um reduto de autenticidade e valor de uso identitário.

2.2 Cemitérios como patrimônio cultural

Os estudos sobre cemitérios, mesmo hoje em aumento, ainda chamam a atenção da academia pela sua diferenciação, seja pela carga emocional trazida por esses lugares em razão de sua finalidade primeira, seja pela fantasia alimentada pela mídia e pelas artes em histórias de terror, que ao longo das décadas vincularam esses lugares a sentimentos de medo, pavor e tristeza. No entanto, Nogueira (2013) diz que

estas necrópoles são espaços construídos socialmente, e podem ser percebidos como lugares de práticas sociais.

As paisagens cemiteriais nos conduzem a possibilitar não somente a existência de um patrimônio arquitetônico devido às suas construções, mas a valores, tradições, tensões, conflitos e modos de enraizamento que se caracterizam por constituírem um conjunto de relações sociais, culturais, econômicas e políticas. Mais do que um espaço responsável por catalogar e resguardar restos mortais humanos, os cemitérios compreendem espaços sagrados onde ocorrem manifestações socioculturais múltiplas, onde o homem se relaciona com o sobrenatural e se faz questionar sobre os antepassados e o sentido de sua existência (Nogueira, 2013, p. 31).

Os túmulos não apenas podem ser considerados suportes de informações como também têm, dentre as suas atribuições, a de perpetuar a recordação no domínio em que a memória é particularmente valorizada. Le Goff (1990) diz que as coisas não nascem como documentos - monumentos - e função social determinada, pois “[...] o documento é produto da sociedade que o fabricou, e somente a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente” (Le Goff, 1990, p. 545).

Partindo desse princípio, é natural que tenhamos alguns cemitérios tombados como patrimônio cultural. Nogueira (2013) traça um comparativo das necrópoles com três instituições tradicionais de preservação do patrimônio cultural: arquivos, quando o monumento-documento é produzido com a função de preservar; bibliotecas, quando os tais objetos visam fins culturais propositais e os museus, em razão das coleções, ainda que nos cemitérios não exista a seleção do acervo. O cemitério é, assim, capaz de atrair pessoas, seja desde interesse acadêmico, satisfação de alguma necessidade informacional ou curiosidade.

Como patrimônio cultural da cidade, as necrópoles carregam valores que estão diretamente ligados aos bens materiais e imateriais. “Três importantes valores patrimoniais podem estar relacionados aos bens materiais. São os de caráter

ambiental/urbano, os de caráter artístico e os de caráter histórico” (Carrasco; Nappi, 2009, p. 49).

O caráter ambiental e urbano está relacionado aos cemitérios seculares (separados da igreja e entregues aos governos) que no Brasil surgiram no final do período imperial, segunda metade do século XIX, quando foi determinada a proibição de sepultamentos nas igrejas, de quem tinha posses, e em lugares quaisquer ou nenhum, de quem não tinha posses. Tais cemitérios foram primeiramente instalados longe do perímetro urbano, sendo incorporados pelos bairros com a expansão das cidades.

O caráter artístico como valor patrimonial das necrópoles, de acordo com Honório (2021) é o espaço urbano destinado aos que se foram, ou “cidade dos mortos”. A ideia de necrópoles como cidade pode remeter à cidade de Comala, do romance *Pedro Páramo*, de Juan Rulfo. Pelas necrópoles também se ouve sons sem seres, risos velhos e vozes desgastadas pelo uso, ecos, que pelo desgaste se apagarão. Nada têm a não ser mortos e o eco de suas memórias diluídas no tempo e no espaço. O termo Cidade dos Mortos, em alguns casos, é utilizado como sinônimo de cemitério e está relacionado desde à arquitetura tumular às fachadas de capelas e objetos como estátuas e vasos, pode-se muitas vezes realizar uma viagem cronológica por períodos artísticos apenas observando as ‘coleções’ nesses cemitérios. Carrasco e Nappi (2009) afirmam que o caráter histórico está relacionado à história do próprio cemitério em particular e da história do Brasil. Além disso, há nesses espaços restos mortais de pessoas de destaque ou não que contribuíram de alguma forma para a história da humanidade.

Quanto aos valores imateriais, muitos estão ligados a crenças e ao culto popular. Podemos lembrar algumas histórias alimentadas no imaginário popular sobre os cemitérios, que se perpetuam de geração em geração, sejam relacionadas

ao terror ou de pessoas sepultadas nesses lugares e que são consideradas milagreiras, muitas vezes tendo nos túmulos vários ex-votos, placas de graças alcançadas.

Para Nogueira (2013), o patrimônio cemiterial vai além de objetos como fotos, obras e inscrições, é também o que todo esse conjunto pode representar e o que ele pode evocar do passado, são representações de memórias (social ou individual) que se encontram preservadas no patrimônio cultural funerário, constituindo material para a construção de identidades. Para que esse patrimônio continue existindo, é necessário que agentes de políticas culturais possam ter uma visão mais aguçada sobre esses lugares e uma das maneiras de aguçar esse olhar pode ser o que já acontece em vários lugares, onde políticas culturais envolvendo educação patrimonial através de visitas guiadas para nativos e turistas tem direcionado o interesse da sociedade para outros aspectos das necrópoles que não esteja apenas ligado ao luto e a tristeza.

De acordo com Melo e Cardozo (2015), o patrimônio precisa ser socializado, pois é a produção histórico-social da humanidade e essa socialização se daria por intermédio da educação patrimonial. Duarte (1993) coloca que a socialização e a apropriação do patrimônio integram formação genérica do ser humano, e a privação dessa formação seria um processo desumanizador. Comungando desse pensamento, a Unesco afirmou em 1972, na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, “[...] que a destruição de um patrimônio [...] constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo” (Melo; Cardozo, 2015, p. 1060).

Não é nova a prática de visitar cemitérios em rotas turísticas. Figueiredo (2015) afirma que as necrópoles edificadas no contexto da medicina higienista do século XVIII, ou seja, quando foram proibidos os sepultamentos em igrejas por questões de saúde, tinham como propósito serem, além de locais de sepultamento e cultos

fúnebres, também lugares onde se pudesse praticar o lazer, a recreação, educação e apreciação de monumentos, mausoléus e elementos naturais existentes nos interiores desses campos dos mortos, por isso muitos eram construídos tendo ao redor uma natureza exuberante.

Segundo Ariès (1981) a necrópole medieval, assim como a igreja em si, foi o centro da vida social e até o século XVII e parecia mais uma praça pública, um local de encontros. Schmitt (1999) corrobora com essa visão, quando diz que o cemitério desempenhava igualmente o papel de mercado e feira, no qual ocorriam proclamações, sentenças, anúncios, leilões, encenações, jogos, danças, tocava-se música, “era simplesmente a grande praça, [...] o lugar público por excelência” (Ariès, 1981, p. 75). Nogueira (2013) nos sugere que esse pensamento começou a se modificar na sociedade ocidental quando se passou a questionar mais os princípios religiosos e a ciência substituiu a dimensão espiritual, havendo grande ressignificação de valores e hábitos culturais do espaço cemiterial para a sociedade.

O retorno do interesse turístico nas necrópoles pode ter como base o que Stone (2006) classifica como uma nova modalidade de turismo, o turismo sombrio, quando os viajantes preferem visitar áreas associadas à morte, ao sofrimento e até mesmo ao macabro, locais como parques temáticos de terror, prisões, antigos campos de concentração e cemitérios, sendo que neste último a prática se daria como num campo nostálgico. De acordo com Figueiredo (2015) alguns autores distinguem as modalidades “necroturismo” e “turismo cemiterial”. O primeiro estaria vinculado às visitas a locais ditos assombrados, o que podem incluir cemitérios, chegando a utilizar aparelhos para medição de fenômenos paranormais. Já o turismo cemiterial se mantém no campo da apreciação do teor artístico, histórico e cultural das necrópoles e seus elementos.

Segundo Pérez de Cuéllar (1997), os cemitérios e as artes funerárias podem ser classificados como bens tangíveis, contudo, sua interpretação e entendimento são feitos por meio do intangível, como por exemplo, a cultura local, a religião e os dizeres, que são passados de geração a geração, mantendo sua importância viva.

Iphan e Unesco são os órgãos responsáveis para conscientizar a população da importância da preservação dos patrimônios culturais. O primeiro ao nível nacional e o segundo, internacional. De acordo com Cavalcante (2013), o trabalho destes órgãos consiste em fiscalizar, proteger, identificar, restaurar, preservar e revitalizar bens culturais, além de elaborar programas e projetos que integrem a sociedade civil com os objetivos destes órgãos. Além de buscar linhas de financiamento e parcerias para auxiliar na execução das ações planejadas. Desde o surgimento desses órgãos, já foram tombados inúmeros cemitérios e mausoléus ali existentes.

2.3 Os cemitérios como fontes

Para fins de pesquisa, escolhemos cinco cemitérios para análise de conteúdo em material bibliográfico, sites governamentais e sites particulares das políticas públicas em torno da sua importância enquanto bem cultural. Dois internacionais e três nacionais, localizados respectivamente, nas cidades de Paris, Buenos Aires, São Paulo, Rio de Janeiro e Maceió, neste último local, se situa a nossa pesquisa.

2.3.1 Cemitério do Père-Lachaise

Dentre os cemitérios mais famosos e visitados no mundo está o Cemitério do Père-Lachaise, ou em francês *Cimetière du Père-Lachaise*, localizado em Paris, na França. De acordo com Carrasco e Nappi (2009), a necrópole foi fundada em 1804 e possui cerca de 70.000 túmulos, parte deles ricamente ornamentados, onde estão enterradas personalidades do mundo da cultura geral como “[...] Jean-Baptiste

Poquelin, mais conhecido como Molière, Honoré de Balzac, Oscar Wilde, Marcel Proust, Isadora Duncan, Frédéric Chopin, Jim Morrison” (Carrasco; Nappi, 2009, p. 54).

Para Charlet (2003), o Père-Lachaise é um cemitério-jardim, aberto ao público, e também um cemitério-museu, com as mais belas obras da arquitetura e da escultura funerárias. A construção desta necrópole foi, de acordo com Nogueira (2013), um dos pontos iniciais no afastar dos mortos do solo das igrejas. Sua utilização também causou resistência da burguesia, que reclamava o fato de o cemitério estar situado muito longe do meio urbano e localizado na periferia. Até que um ano depois da inauguração, em razão dos poucos sepultamentos realizados, os administradores da necrópole, segundo Figueiredo (2015), utilizaram da estratégia de transferir restos mortais ilustres para elitizar o cemitério, que recebeu os despojos do literato Jean de La Fontaine e do dramaturgo Molière, “[...] foi a partir disso que a imagem dessa necrópole foi alterada” (Figueiredo, 2015, p. 132). O escritor Honoré de Balzac também contribuiu para a popularidade do Père-Lachaise, ao sepultar seus personagens, quando estes eram objetos em suas obras.

2.3.2 Cemitério da Recoleta

O Cemitério da Recoleta ou, em castelhano, o *Cementerio de la Recoleta*, é uma necrópole localizada em Buenos Aires no distrito da Recoleta. Foi o primeiro cemitério público da capital, sendo fundado em 1822. Recebeu esse nome em razão do local ter abrigado um convento de freis recoletos antes de virar necrópole. Os arquitetos franceses Próspero Catelín e Pedro Benoit foram seus idealizadores.

De acordo com Borges (2003), a importância da necrópole é tamanha para o país que em 1946 o governo argentino a declarou Museu Histórico Nacional com o decreto nº 2.039. A Comissão Nacional de Museus, Monumentos e Lugares Históricos

selecionou túmulos que pudessem ser considerados “Monumentos Históricos da Nação”. Para Nogueira (2013), “Este ato, que institucionaliza um espaço não convencional como guardião da memória oficial de uma nação, automaticamente inclui a necrópole em programas de incentivo público que valorizam os patrimônios da cidade” (Nogueira, 2013, p. 46).

Conhecido mundialmente pelas qualidades artísticas das esculturas, pela variada arquitetura, pela maior coleção de vitrais que embelezam suas abóbadas e por uma simbologia funerária rica e intrigante, no Cemitério da Recoleta também estão sepultadas personalidades importantes da história argentina e mundial como, por exemplo, o médico e nobel de química Luis Federico Leloir, o escritor Adolfo Bioy Casares e a líder política Eva Perón (Evita), cujo túmulo atrai visitantes do mundo inteiro.

2.3.3 Cemitério da Consolação

O cemitério da Consolação foi fundado em 15 de agosto de 1858. Nele, estão sepultados nomes importantes da cultura brasileira, como Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Monteiro Lobato, para citar alguns exemplos, e possui obras de importantes escultores, tais como Victor Brecheret, Nicola Rolo, Luigi Brizzolara, dentre outros. Uma das maiores atrações é o mausoléu da Família Matarazzo, construído em 1925. Segundo Cavalcante (2013), é um dos maiores e mais caros mausoléus da América Latina, ocupando uma área de 16 terrenos, com aproximadamente 150m² e 20 metros de altura. Foi encomendado do exterior para o escultor italiano Luigi Brizzolara.

2.3.4 Cemitério São João Baptista

O terreno em Botafogo onde foi construído o Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro, era outrora uma chácara chamada Berquó. Segundo Nogueira (2011), sua construção foi permitida pelo decreto imperial n. 842 de 16 de outubro de 1851, que também promulgava o Cemitério São Francisco Xavier, no bairro do Caju. A autora aponta ainda que o São João Batista funcionou em outros lugares provisoriamente, como nos terrenos do antigo Hospício D. Pedro II, até que em 4 de dezembro de 1852 foi finalmente inaugurado no lugar que existe até hoje.

A primeira pessoa a ser enterrada no São João Batista foi uma menina de quatro anos chamada Rosaura, no dia 6 de dezembro de 1852, filha de pessoas em situação de escravidão, pois nenhuma família abastada queria inaugurar o cemitério. Desde então, mais de 65 mil pessoas foram enterradas no local até os dias atuais (Boeckel, 2015). Como todo cemitério secular construído no final do século XIX, o objetivo maior da sua implantação foi melhorar as condições de salubridade da cidade onde os mortos eram enterrados nas igrejas, no momento crítico em que epidemias geravam centenas de vítimas.

A necrópole carioca é a única localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro. É conhecida como “cemitério das estrelas” pela quantidade de artistas e pessoas ligadas à cultura que ali estão sepultadas. A aleia São João Batista, a principal do cemitério, é jocosamente chamada de “Vieira Souto” em alusão à luxuosa avenida em frente à praia de Ipanema, em razão da quantidade dos ricos jazigos presentes, dentre estes os de Tom Jobim, Santos Dumont e Luís Carlos Prestes, alguns dos mais visitados.

2.3.5 Cemitério Nossa Senhora da Piedade

O Cemitério da Piedade foi o primeiro de Maceió e teve sua pedra fundamental assentada em 27 de outubro de 1850, sendo inaugurado em 19 de novembro de 1855. O local escolhido para a implantação da necrópole foi “o areal à margem da estrada que conduzia ao Trapiche e ao Pontal da Barra, então deserto, coberto de cajueiros brabos [...] entre o canal grande, o mar e o centro da cidade” (Lima Júnior, 1983, p. 61).

Lima Júnior (1983) também destaca que o cemitério ficou sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia de Maceió desde sua inauguração até 1880, quando passou para o município. De acordo com Morais (2009), quando inaugurado em 1855, o cemitério possuía quatrocentos e setenta e sete catacumbas, passando a duas mil em 1866, desta forma, seus duzentos metros de comprimento por cento e trinta metros de largura teve que ser dividido em quarenta artérias, sendo cinco avenidas e trinta e cinco ruas. Em 1910, a necrópole estava superlotada, sendo proibida a construção de novos mausoléus e sepulturas perpétuas.

O Cemitério Nossa Senhora da Piedade possui diversos túmulos que são considerados verdadeiros monumentos, com obras de artes dos mais variados tipos e materiais, além de ossários e túmulos mais simples, entretanto já não há mais espaço para expansão. Foi exclusivo até 1858, quando foi criado o cemitério Nossa Senhora Mãe do Povo, no bairro do Jaraguá, e mais tarde em 1920 o Cemitério São José, no Trapiche da Barra, em decorrência da epidemia violenta de gripe espanhola.

As políticas públicas patrimoniais, definidas pelo Estado ou por iniciativas privadas no intuito de preservar os patrimônios culturais materiais e imateriais e a sociedade possa ter preservada sua história contada pelo auxílio da memória coletiva, contida nesses patrimônios, se entendermos "a história como filha da memória" como queria Candau (2011). Essa informação pode estar contida nos objetos, a

exemplo da informação-como-coisa de Michel Buckland (1991), ou em manifestações imateriais que possam abranger a informação para além do físico, englobando outros dois paradigmas reforçados por Capurro (2003), o cognitivo e o social. Podemos dizer que as necrópoles, ao possuírem tanto o patrimônio material por intermédio dos túmulos e demais objetos (pedra e cal), como o imaterial, representado pelas histórias que abriga, possui esses três tipos de informação, funcionando como espaço de memória para a sociedade.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, realizada em periódicos disponibilizados em bases de dados na internet, com material contido em livros, artigos de periódicos científicos, bem como informações encontradas em sites oficiais de instituições públicas e privadas e sites de notícias relacionadas ao tema principal do trabalho.

A pesquisa aborda um caráter descritivo, pois os fatos foram registrados e observados sem sofrerem interferências, além de descrevermos por intermédio de análise de conteúdo de sites e material bibliográfico as políticas públicas nos cemitérios enquanto patrimônios culturais, assumindo assim uma forma de levantamento. O estudo tem uma abordagem qualitativa, que segundo Minayo (1994), nas ciências sociais se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado e busca responder questões muito particulares, assim projeta a construção e a explicação de um determinado objeto da realidade.

A pesquisa foi realizada no mês de fevereiro de 2022. As motivações que nortearam a elaboração deste trabalho se iniciaram durante a disciplina Políticas Públicas de Informação e Cultura, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), as leituras e

debates ocorridos em sala de aula, possibilitaram as bases teóricas para o desenvolvimento da discussão e das questões aqui apresentadas. Sendo assim, compete apresentar que as justificativas pessoais se pautam na importância de se consolidar os debates fruto desse aprendizado e na realização da dissertação de mestrado, cuja temática será os cemitérios como detentores de patrimônio cultural, informação e memória; as justificativas sociais permeiam a importância de disseminar a importância dos cemitérios e dos bens culturais presentes nestes como patrimônios culturais materiais e imateriais, importantes para a memória da sociedade; e a científica visa contribuir com estudos que abarquem a mesma dimensão teórica.

Gil (2002) aponta que quando o universo da pesquisa é numeroso deve-se selecionar uma amostra que seja intencional. Nesta pesquisa, optamos por trabalhar com cinco necrópoles, duas internacionais e três nacionais, sendo uma das necrópoles de Maceió, Alagoas, onde se realiza a pesquisa, para que assim pudéssemos estabelecer um comparativo da situação local com a nacional e a internacional. Dos cemitérios internacionais, fomos para o extremo, escolhemos dois dos mais famosos do mundo, que pudessem nos munir de informações sobre as políticas culturais de valorização desses espaços em outros países, França e Argentina.

No âmbito nacional, escolhemos duas necrópoles localizadas na Região Sudeste bastante antigas e conhecidas pela quantidade de bens culturais em seu interior, e para Alagoas, escolhemos o cemitério mais antigo, o que mais contém bens culturais e que possui o bônus de se localizar mais próximo de onde se realiza a pesquisa, que não conta ainda com patrocínio ou bolsa para cobrir custos com deslocamento.

Do ponto de vista científico, este trabalho se justifica pela necessidade de construção de pesquisas teóricas abordando as políticas culturais e de informação

voltadas aos patrimônios culturais enquanto detentores e mantenedores das memórias social e individual de um determinado grupo, para que assim se subsidiem estruturas teóricas, metodológicas e projetos práticos para futuras pesquisas relacionadas ao tema, além de levantar o questionamento sobre o que está sendo feito pela preservação dos cemitérios enquanto patrimônios.

4 RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

As informações sobre os cemitérios foram colhidas nos sites oficiais da prefeitura de cada localidade onde se encontram as necrópoles e também em sites particulares dedicados aos cemitérios. Após visualização do conteúdo, identificamos as ações presentes nessas páginas virtuais que pudessem servir como valorização dos espaços cemiteriais. Foram levados em consideração mapas, programas de visitas guiadas, informações sobre a história do local e de personalidades sepultadas e ferramentas tecnológicas que facilitem e contribuam para o conhecimento público das necrópoles. Em seguida, descrevemos as políticas culturais realizadas para cada uma dessas necrópoles.

De acordo com Osman e Ribeiro (2007), são vários os cemitérios pelo mundo que estão em rota turística, dentre os europeus, se destacam os franceses Père Lachaise, de Montparnasse e de Montmartre; seguidos pelas necrópoles inglesas Highgate e Golders Green Crematorium, em Londres. Na América do Sul lidera o Cemitério da Recoleta, em Buenos Aires, seguido dos cemitérios brasileiros, da Consolação e do Morumbi em São Paulo e do São João Baptista, no Rio de Janeiro.

Para fins de pesquisa das políticas culturais voltas à necrópoles, escolhemos cinco cemitérios, dois internacionais e três nacionais: o de Père Lachaise (Paris), o da Recoleta (Buenos Aires), o da Consolação (São Paulo), o São João Baptista (Rio de Janeiro) e o Nossa Senhora da Piedade (Maceió).

4.1 As políticas culturais no Père-Lachaise

Segundo Figueiredo (2015), o Père Lachaise recebia anualmente, antes da pandemia, dois milhões de visitantes, contando com guias de turismo bilíngues. Na página virtual da Prefeitura de Paris⁴, há a informação de que o cemitério está aberto à visita gratuita e oferece mapas e históricos para downloads. O site nivela o cemitério, em termos de ponto turístico para visita, aos Champs-Élysées, ao Butte Montmartre e à Catedral de Notre-Dame. Porém, faz a seguinte advertência: trata-se, antes de tudo, de um cemitério, então existe uma série de proibições como entrar com animais, andar de bicicleta, praticar atividades físicas e tocar instrumentos sem autorização. Isso porque, segundo a prefeitura, acontece em torno de 10.000 cerimônias por ano de sepultamento e cremação e a dor e respeito às famílias está acima de qualquer visita. Outra curiosidade é um áudio de aviso quando se abre o site de que a prefeitura de Paris não realiza visitas guiadas. Porém, o cemitério tem um site oficial⁵, onde se pode agendar visitas de pouco mais de duas horas à necrópole, também de forma gratuita. As demais visitas com guia são realizadas por empresas externas, que cobram valores diversos por pessoa, a depender da empresa.

4.2 As políticas culturais no cemitério da Recoleta

Assim como o Père-Lachaise, o Cemitério da Recoleta também possui um espaço no site oficial da Prefeitura de Buenos Aires⁶, juntamente com mais dois cemitérios antigos, o da Chacarita e o de San José de Flores. No site da prefeitura há informações sobre horários e dias de visita, fotos e a história de cada necrópole. O

⁴ Disponível em: <https://www.paris.fr/pages/cimetiere-du-pere-lachaise-informations-17576>. Acesso em: 9 jun. 2022.

⁵ Disponível em: <https://pere-lachaise.com/>. Acesso em: 9 jun. 2022.

⁶ Disponível em: <https://www.buenosaires.gob.ar/jefaturadegabinete/atencion-ciudadana-y-gestion-comunal/cementerios-de-la-ciudad/cementerio-de-la>. Acesso em: 9 jun. 2022.

Recoleta conta ainda com um site próprio⁷, bastante completo apesar do design obsoleto, que já possui informações de reabertura pós-pandemia, o que indica que está sendo atualizado. Ao entrar no site, um áudio explica que não há visitas noturnas no cemitério e um texto informa que o portal foi homenageado em 2006 pelo Ministério da Cultura da Cidade Autônoma de Buenos Aires pelo trabalho de “contribuir para difundir o valor patrimonial que compõe a identidade histórica e construtiva dos bairros de Buenos Aires”.

4.3 As políticas culturais no cemitério da Consolação

A Prefeitura de São Paulo apresenta em seu site oficial⁸ o trâmite necessário para quem desejar fazer uma visita guiada ao Cemitério da Consolação no Programa Memória & Vida, no qual as visitas são organizadas em dias e horários fixos, recebendo alunos, turistas, fotógrafos e demais interessados. De acordo com Nogueira (2013), a ideia de apresentar o Consolação como ponto turístico partiu de um projeto chamado Arte Tumular, coordenado pelo senhor Décio Freire dos Santos, assumindo após a morte deste o senhor Francivaldo Almeida Gomes, conhecido como “Popó”. O site ainda oferece os contatos da assessoria de comunicação para orientações sobre as visitas.

Desde agosto de 2016, está disponível o aplicativo “Guia do Cemitério da Consolação”, com várias opções de roteiros como “arte tumular”, “políticos do império”, “modernistas”, “industriais”, dentre outras. Antes do aplicativo, os roteiros eram distribuídos em mapas de papel. No site, também tem o passo a passo para quem deseja, para além da visita guiada, realizar trabalhos religiosos, acadêmicos e

⁷ Disponível em: http://www.cementeriorecoleta.com.ar/historia_cr.htm. Acesso em: 9 jun. 2022

⁸ Disponível em:

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/servico_funerario/arte_tumular/index.php?p=3560. Acesso em: 9 jun. 2022.

profissionais no interior da necrópole. Pouco antes da pandemia por Covid-19, as visitas aconteciam às quartas-feiras para grupos escolares, às 10 horas e às 14 horas, com 40 alunos, e às sextas-feiras, público não escolar, às 14 horas. Atualmente, segundo o site oficial da Prefeitura de São Paulo, as visitas acontecem somente às sextas-feiras, às 14 horas, com o número de visitantes reduzido para dez pessoas. Alguns túmulos também possuem QR Codes (código de resposta rápida) para mais informações.

4.4 As políticas culturais no cemitério São João Baptista

O Cemitério foi administrado pela Santa Casa de Misericórdia até 2014, quando assumiu a concessionária Rio Pax. Também desde 2014 se procura oferecer um serviço de visita guiada, mas existem visitantes que reclamaram na Internet da desorganização do cemitério, sendo quase impossível, hoje, encontrar um túmulo específico em meio a 224.845,46 m² tomados por sepulturas de todos os tamanhos e formas. Até os QR Codes que haviam sido colocados em alguns túmulos de famosos já haviam sido retirados.

O cemitério não está presente diretamente na página da Prefeitura do Rio de Janeiro, muito menos na área de cultura do site, onde contém abas específicas “centros culturais” e “museus”, mas nenhuma referência à necrópole como instituição de memória. Porém, o cemitério conta na internet com uma página inteira no site da sua administradora, Rio Pax⁹, além de um portal¹⁰ feito por particulares, onde é contada sua história e curiosidades. Em 2015, o São João Batista tornou-se o

⁹ Disponível em: <https://concessionariariopax.com.br/project/ceimiterio-sao-joao-batista/>. Acesso em: 9 jun. 2022.

¹⁰ Disponível em: <https://cemiteriosaojoabatista.com.br/>. Acesso em: 9 jun. 2022.

primeiro cemitério da América Latina a ter um mapa virtual para tour, mapeado pelo serviço *Google Street View*.

Com exceção de matérias jornalísticas antigas, a única indicação de que ainda existe o serviço de visita guiada pela necrópole está no portal da concessionária Rio Pax, onde consta que a visita dura em torno de uma hora e meia e que acontece uma vez por mês, com grupos de até 100 pessoas, acompanhando a evolução arquitetônica dos séculos XIX e XX e terminando no Mausoléu da Academia Brasileira de Letras, onde estão enterrados mais de 60 imortais. O arquiteto Faell Vasc realizou uma visita por conta própria em novembro de 2020 e relatou em seu *site* alguns problemas observados na visita. De acordo com o arquiteto, mesmo pedindo um mapa dos famosos na entrada, tudo ainda continuou bastante confuso em razão da falta de sinalização na necrópole.

A confusão se dá pelo fato dos jazigos não serem mapeados de uma forma de fácil acesso, bem como não haver QR Code, por exemplo [...] e, os que possuem, infelizmente, direcionam a uma página em construção. Definitivamente, a ausência de um mapeamento do cemitério assassina, na alma, toda a sua arte e história. [...] Passamos por obras lindíssimas e não temos a menor ideia de quem as esculpiram, mesmo sabendo que no cemitério há uma infinidade de obras de artistas de renome, mas que nos passam despercebidos. O cemitério não possui placas indicativas, por exemplo, logo, isso é um imenso problema. Saber onde fica, de fato, a quadra “x” e a rua “y” é quase que um jogo de sorte (Faell Vasc, 2020).

De acordo com Nogueira (2011), os estilos arquitetônicos que vinham do exterior e se tornaram tendência na cidade também eram incorporados à arquitetura tumular nos cemitérios. Segundo a autora, existem no São João Batista túmulos com obras em estilos das artes egípcia, grega, neogótica, eclético, *art-déco* e arte modernista. Porém, mesmo com todo esse potencial informativo, arquitetônico e artístico, o cemitério não é reconhecido como patrimônio cultural do Rio de Janeiro, nem é protegido através de tombamento.

4.5 As políticas culturais no cemitério São João Baptista

Ao contrário das demais necrópoles pesquisadas, que mesmo não tombadas e reconhecidas como patrimônio cultural recebem algum tipo de projeto ou iniciativa e estão presentes nas páginas oficiais, o Cemitério da Piedade, o primeiro e mais antigo da cidade de Maceió, não é citado como bem cultural em nenhum site oficial de governo a não ser por matérias jornalísticas cotidianas da assessoria da Prefeitura de Maceió, onde consta como apenas um lugar de sepultamentos; não é visto como bem cultural nem no portal estadual¹¹, pela Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas (Secult) nem pelo portal municipal¹², via Fundação Municipal de Ação Cultural (FMAC).

Na página da Secult, há um espaço intitulado “Patrimônio Cultural”, onde consta num mapa os patrimônios materiais e bens tombados em Alagoas. Não apenas em Maceió, mas em todo o Estado, dentre igrejas, prédios, e outros bens materiais, não é citado nenhum cemitério, que também não aparecem no espaço destinado à Diretoria da Secretaria da Cultura intitulada Pró-Memória, que tem por finalidade a proteção e promoção do patrimônio cultural, histórico, natural e científico alagoano.

Ao contrário das demais necrópoles, que possuem visita guiada com agendamento e hora marcada, as necrópoles centenárias alagoanas, tão antigas quanto as demais do Brasil, não entram nem mesmo no organograma de memória com os demais bens culturais. A apreciação das pessoas é apenas contemplativa, somente pela beleza das obras, mas não há contextualização nem fundamentação destas, a não ser por sites particulares que se dedicam a contar a história dos cemitérios e algumas matérias jornalísticas. Na internet também podem ser

¹¹ Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/>. Acesso em: 9 jun. 2022.

¹² Disponível em: <https://maceio.al.gov.br/secretarias-e-orgaos/fmac>. Acesso em: 9 jun. 2022.

encontrados alguns trabalhos acadêmicos voltados à pesquisa das necrópoles, inclusive da Piedade e até mesmo do patrimônio imaterial presente nos cemitérios.

A Prefeitura de Maceió apenas conserva o espaço estrutural da necrópole com o básico, como a pintura, a poda de vegetação, o recadastramento de túmulos e mausoléus. Nada interfere nas questões artísticas presentes na necrópole e nos mausoléus visíveis da rua, que são de famílias particulares. Não há então nenhum encaminhamento para tornar o Cemitério Nossa Senhora da Piedade ou qualquer outro do estado como patrimônio cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a mudança do paradigma “pedra e cal” voltado somente ao patrimônio material, para uma concepção de patrimônio que leve em consideração nuances não palpáveis dos bens culturais, as políticas culturais de preservação se depararam diante de um desafio. Quando o objeto a ser patrimonializado se torna complexo, é preciso redimensionar as políticas de preservação.

Segundo Nogueira (2008), não é mais obrigação exclusivamente do Estado a responsabilidade de salvaguarda dos bens culturais. Para o autor, esse compromisso é de toda a sociedade, pois não adianta aplicar somente em necessárias práticas técnicas preservacionistas se não há um diálogo direto sobre os valores transmitidos por esses bens culturais. Nogueira (2008) ainda salienta que a fruição, ou seja, o desfrutar, e a produção de conhecimento são a base aliada que conecta a sociedade ao patrimônio cultural e à sua preservação e podem convergir para diversas outras formas de apropriação dessas memórias trazidas por esses patrimônios. “Aqui, a educação patrimonial tem sido convocada como mediadora do processo, corroborando para a ideia de uma política compartilhada de salvaguarda entre as diferentes estratégias adotadas” (Nogueira, 2008, p. 326).

O que pudemos perceber junto aos cemitérios estudados é que, com exceção do alagoano Nossa Senhora da Piedade, nos demais houve um primeiro passo nessa conscientização e responsabilização à sociedade sobre a importância desses lugares. Mesmo que apenas um deles, o da Recoleta, tenha passado por um processo de patrimonialização oficial pelo governo, os demais são considerados extraoficialmente museus a céu aberto. Isso muito se deve em sua maioria ao patrimônio imaterial (a história e a importância dos que lá jazem), porém os programas de visita guiada, as páginas virtuais contando a história das necrópoles e as explicações dadas pelos guias durante as visitas contribuem pela via da educação patrimonial para preservação e compreensão desses lugares.

O Iphan, numa tabela de bens tombados atualizada em 22 de novembro de 2021, informa 26 tombamentos direcionados a cemitérios e partes de seus conjuntos, como portões, túmulos, e inscrições tumulares. O que chama mais atenção é não constarem na lista de tombamentos do Iphan os cemitérios São João Batista e da Consolação, considerados museus a céu aberto.

Neste trabalho, consideramos que as políticas públicas culturais presentes nas páginas virtuais de alguns dos cemitérios estudados de fato contribuem para uma tentativa de modificação da visão que a sociedade possui desses lugares, estabelecida via senso comum. Essa mudança tanto pode ocorrer por intermédio de acesso a material nos próprios sites apresentando a história dessas necrópoles, como também quando essa política cultural se materializa em visitas guiadas, fazendo com que os cemitérios possam ser vistos para além de lugares de sepultamentos, tristezas e medo. Infelizmente, apenas as necrópoles internacionais e o cemitério da Consolação, em São Paulo, mantém o padrão de aplicação dessas políticas de visitas guiadas e apresentação dos cemitérios como lugares de memória. Infelizmente, no

cemitério carioca São João Baptista essas iniciativas estão sucateadas e no alagoano Nossa Senhora da Piedade, são inexistentes.

O fato dessa pesquisa não ser ainda munida de bolsa que possa custear as viagens para estudos *in loco* das necrópoles, ao menos as nacionais, pode ser futuramente uma dificuldade para a sua continuidade, pois com uma observação mais de perto e apurada, o trabalho ficaria mais rico. A ideia é futuramente ampliar a pesquisa analisando um maior número de necrópoles brasileiras, levantando informações sobre quantas e quais receberam o instrumento do tombamento e o quanto esse título de valorização do patrimônio contribuiria de fato para a preservação desses cemitérios e por tabela, das memórias neles contidas.

Os cemitérios constituem, para além do valor artístico das construções funerárias, uma ligação entre passado e futuro, que podem servir como base para a “[...] construção da memória de uma determinada sociedade [...]” (Nogueira, 2011, p. 12). As necrópoles seculares são muito mais do que apenas um local de resguardo de restos mortais, representam espaços onde se manifestam relações sócio-culturais diversas, seja pela arte tumular, seja pelas lendas e histórias que cercam seu território, os valores imateriais. Por isso, precisam de políticas culturais que os valorizem como instituições de memória que são e ao mesmo tempo ressignifique para as futuras gerações a temática da morte, ainda um grande tabu para o Ocidente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antônio de. Políticas culturais & Ciência da Informação: diálogos e desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 43, n. 2, p. 284-297, 2016. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1410/1588>. Acesso em: 2 abr. 2022.

ALMEIDA, Marco Antônio de. Políticas culturais e redes sociotécnicas: reconfigurando o espaço público. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 50, n. 1, p. 54-64, 2014. Disponível em:

http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2014.50.1.07
. Acesso em: 16 abr. 2022.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. v. 1.

BOECKEL, Cristina. Cemitério São João Batista, Rio, é o 1º da América Latina a ter mapa virtual. **G1**, Rio de Janeiro, 8 out. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/10/cemiterio-sao-joao-batista-rio-e-o-1-da-america-latina-ter-mapa-virtual.html>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BORGES, Maria Elizia. Cemitério de la Recoleta: “O melancólico prazer de contemplá-lo”. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS, 12., 2003, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: UnB, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 14 fev. 2022.

BUCKLAND, Michael. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, [s. l.], v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991. Disponível em: <https://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CAMPOS, Ana Paula Silva. **Avaliação do potencial de poluição dos solos e nas águas subterrâneas decorrente da atividade cemiterial**. 2007. 141 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-25112007-172840/pt-br.php>. Acesso em: 6 abr. 2022.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria L. Ferreira. São Paulo. Contexto, 2011.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5, 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 14 set. 2021.

CARRASCO, Gessonia Leite de Andrade; NAPPI, Sérgio Castello Branco. Cemitérios como fonte de pesquisa, de educação patrimonial e de turismo. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 46-60, 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/60/73>. Acesso em: 18 fev. 2022.

CAVALCANTE, Regina Barbosa Lopes. **A preservação do cemitério Nossa Senhora da Piedade como patrimônio para Maceió-AL**. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/5515>. Acesso em: 13 fev. 2022.

CHARLET, Christian. **Le Père-Lachaise: au coeur du Paris des vivants et des morts**. Paris: Gallimard, 2003.

CORÁ, Maria Amélia Jundurian. Políticas públicas culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 5, p. 1093-1112, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/SMKQcXrNPM3CLfGYXt63fKn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 fev. 2022.

DUARTE, Newton. **A individualidade para-si**: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo. Campinas: Autores Associados, 1993.

FIGUEIREDO, Olga Maíra. Turismo e lazer em cemitérios: algumas considerações. **Cultur**: Revista de Cultura e Turismo, Brasília, v. 9, n. 1, p. 248-257, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/558>. Acesso em: 12 fev. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONDAR, Jô. Memória Individual, Memória Coletiva, Memória Social. **Morpheus**: Revista Eletrônica em Ciências Humanas, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 1-6, 2008. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/morpheus/article/view/4815>. Acesso em 15 fev. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HONÓRIO, Cintia Maria. Arte e Memória no Espaço Urbano – A Necrópole que tem, conta e reconta a história. **Caderno Intersaberes**, Curitiba, v.10, n.24, p. 49-58, 2021. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/1672>. Acesso em 15 fev. 2022.

LE GOFF, Jacques. **Memória e história**. São Paulo: Unicamp, 1990.

LIMA JÚNIOR, Felix. **Cemitérios de Maceió**. Maceió, 1983.

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 1059-1075, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/6DS4HvLb67DQC7ZnxHHQSzy/>. Acesso em: 6 fev. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. São Paulo: Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MORAIS, Isabela Andrade de Lima. **Pela hora da morte**: estudo sobre o empresariar da morte e do morrer: uma etnografia no Grupo Parque das Flores, em Alagoas. 2009. 289 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/497>. Acesso em: 13 fev. 2022.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e a redescoberta do Brasil**: a sacralização da memória em pedra e cal. 1995. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Patrimônio cultural e novas políticas de memória. *In*: RIOS, Kênia Sousa; FURTADO FILHO, João Ernani (org.). **Em tempo**: história, memória, educação. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008. p. 319-330.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss321.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

NOGUEIRA, Renata de Souza. Descobrindo o art-déco no Cemitério São João Batista. *In*: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9., 2011, Brasília. **Anais** [...] Brasília: Docomomo, 2011. p. 1-14.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UNIRIO, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss321.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 14 fev. 2022.

OSMAN, Samira Adel; RIBEIRO, Olívia Cristina Ferreira. Arte, história, turismo e lazer nos cemitérios da cidade de São Paulo. **Licere**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 1-15, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/946>. Acesso em: 13 fev. 2022.

PÉREZ DE CUÉLLAR, Javier (org.). **Nossa diversidade criadora**: relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento. São Paulo: Papirus, 1997.

SCHMITT, Jean-Claude. **Os vivos e os mortos na sociedade medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2022.

STONE, Philip R. Dark tourism spectrum: towards a typology of death and macabre related tourist sites, attractions and exhibitions. **Tourism**, [s. l.], v. 54, n. 2, p. 145-160, 2006. Disponível em: https://clouk.uclan.ac.uk/27720/1/27720%20fulltext_stamped.pdf. Acesso em: 15 fev. 2022.

SUNDSTRÖM, Admeire da Silva Santos. Políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e o papel social do bibliotecário. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 106-132, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1155>. Acesso em: 15 fev. 2022.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. Patrimônio cultural material e imaterial: dicotomia e reflexos na aplicação do tombamento e do registro. **Políticas Culturais em Revista**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 120-137, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/5014>. Acesso em: 15 fev. 2022.

VASC, Faell. Turismo no Cemitério São João Batista, RJ. **FaellVasc**, São Paulo, 28 nov. 2020. Disponível em: <https://faellvasc.com.br/cemiterio-sao-joao-batista/>. Acesso em: 18 fev. 2022.

VIANNA, Letícia R. Patrimônio imaterial: legislação e inventários culturais: a experiência do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. In: LONDRES, Cecília. **Celebrações e saberes da cultura popular**: pesquisa, inventário, crítica, perspectiva. Rio de Janeiro: Funarte: IPHAN: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, 2006. p. 15-25. (Série Encontros e Estudos, 5).

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. 



 tpbci@ancib.org

 [@anciboficial](https://www.instagram.com/anciboficial)

 [@ancib_brasil](https://twitter.com/ancib_brasil)